

TEC TOY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 22.770.366/0001-82
NIRE 13.300.004.673

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O conselho de administração da Companhia, após a análise do relatório da administração, das demonstrações financeiras, notas explicativas e demais documentos relacionados, apresenta, nos termos das normas legais e regulatórias aplicáveis, a proposta da administração e demais informações quanto às matérias a serem submetidas à deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia convocada para o dia 27 de abril de 2018, às 10:00 horas, nos termos de edital de convocação divulgado nesta data.

Manaus, 27 de março de 2018.

Stefano Adolfo Prado Arnhold
Presidente do Conselho de Administração

TEC TOY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 22.770.366/0001-82
NIRE 13.300.004.673

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
ANEXO I	
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	5
ANEXO II	
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	38

TEC TOY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 22.770.366/0001-82
NIRE 13.300.004.673

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O conselho de administração apresenta, a seguir, suas propostas e comentários sobre as matérias constantes da ordem do dia da assembleia geral ordinária da Companhia convocada para o dia 27 de março de 2018, às 10:00 horas, nos termos de edital de convocação divulgado nesta data.

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras e relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O conselho de administração da Companhia recomenda a aprovação, sem ressalvas, das demonstrações financeiras e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência, são apresentados em anexo, conforme o disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (Anexo I da Proposta da Administração).

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O conselho de administração da Companhia recomenda a destinação do resultado do exercício para a conta de prejuízos acumulados, conforme o artigo 189, parágrafo único,

da Lei das Sociedades por Ações, devido à apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O conselho de administração esclarece que as informações do Anexo 9-1-II da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, não são apresentadas em razão da apuração de prejuízo no exercício social, conforme dispensado pela decisão do colegiado da CVM no processo administrativo CVM RJ 2010/14687, em reunião de 27 de setembro de 2011.

3. Fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social em curso.

O conselho de administração propõe que a remuneração anual e global dos administradores da Companhia aprovada para o exercício social de 2017, de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para os membros do conselho de administração e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para os membros da diretoria da Companhia, seja mantida no exercício social em curso.

O valor de remuneração efetivamente realizados durante o exercício social de 2017 foi de R\$ 392.027,00 (trezentos e noventa e dois mil e vinte e sete reais), em razão da situação econômico-financeira da Companhia, a ser refletido no formulário de referência da Companhia.

Para fins de esclarecimento, a proposta de remuneração se refere ao exercício social em curso, de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

As informações indicadas no item 13 do formulário de referência, quanto à remuneração dos administradores, são apresentadas em anexo, conforme artigo 12 da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (Anexo II da Proposta da Administração).

Manaus, 28 de março de 2018.

Stefano Adolfo Prado Arnhold
Presidente do Conselho de Administração

* * *

TEC TOY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 22.770.366/0001-82
NIRE 13.300.004.673

ANEXO I
DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Com relação à condição financeira, a administração entende que, pelo fato de possuir um baixo endividamento bancário, e um capital circulante líquido positivo (ativo circulante menos passivo circulante), não existe dificuldade financeira perante os compromissos já assumidos.

Abaixo segue demonstrativo do índice de liquidez geral que apresenta evolução:

	Dez'15	Dez'16	Dez'17
Índice de Liquidez Geral *	0,54	0,38	0,19

** (Ativo Circulante + Ativo Realiz. Longo Prazo) / (Passivo Circulante/Passivo não Circulante)*

O principal fator para a redução do Índice de Liquidez Geral foram os ajustes dos estoques através da provisão para perdas de estoques obsoletos ou de baixo giro durante

o exercício de 2017. Sem estes ajustes, o índice de Liquidez Geral teria ficado em 0,31, muito próximo do índice do ano anterior.

Em 2016, a redução dos estoques, como parte da estratégia da empresa, da rubrica de contas a receber, pela diminuição do faturamento, bem como o aumento do endividamento da Companhia com as partes relacionadas, motivou a redução do índice de liquidez geral observada no exercício.

Em 2015, embora a rentabilidade dos produtos tenha melhorado por meio das vendas no *e-commerce* no último trimestre do exercício, a redução no índice de liquidez geral deve-se, em linhas gerais, ao aumento da taxa cambial em 46% em relação a 2014, impactando diretamente na importação dos insumos, bem como na atualização do saldo *intercompany* em moeda estrangeira.

Abaixo segue quadro demonstrando a evolução do resultado e do patrimônio líquido:

	Dez'15	Dez'16	Dez'17
Resultado do Exercício	(35.653)	(8.850)	(21.539)
Valor do Passivo do PL (Passivo a Descoberto)	(16.423)	(28.773)	(50.312)

A condição de passivo a descoberto deve-se aos prejuízos apurados nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, em função dos motivos mencionados acima.

b. Estrutura de capital

A atividade da empresa demanda capital de giro crescente, pois grande parte de sua matéria prima é importada à vista e/ou com prazos de financiamento reduzidos.

Devido a isto, a empresa tem a necessidade de capital de terceiros para financiar sua atividade.

Em 2015, mesmo em função do elevando prejuízo operacional, causado principalmente pela depreciação do câmbio, realizamos um aumento de capital no valor de R\$ 39,7

milhões e ainda tivemos um incremento no Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 9,4 milhões.

Em 2016, mesmo com o baixo nível de atividades, resultante de nossa estratégia interna e dos impactos do mercado em recessão, tivemos uma diminuição substancial do prejuízo, se comparado aos valores de 2014 e 2015.

A redução do patrimônio líquido em 2015 e 2016, por sua vez, conforme explicado acima, deve-se ao prejuízo gerado nos referidos exercícios sociais.

A redução do patrimônio líquido em 2017 deveu-se ao prejuízo de R\$ 21,539 milhões afetado pelo resultado operacional negativo e pelos ajustes de perdas de inventário por obsolescência e giro lento, no valor de R\$ 7,878 milhões, e de *impairment* de imobilizado no valor de R\$ 2,171 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No final de 2017, o capital circulante líquido era negativo em R\$ 48,634 milhões (ativo circulante = R\$ 7,797 milhões vs passivo circulante = R\$ 56,431 milhões).

O passivo circulante era composto por R\$ 50,037 milhões de mútuos com partes relacionadas. Caso este montante seja desconsiderado no valor do passivo circulante, a Companhia retorna à posição de capital circulante positivo em R\$ 1,403 milhões. Dessa forma, entendemos que a Companhia tem total capacidade de honrar com todos os compromissos assumidos.

Embora a Companhia possua um capital circulante líquido negativo em R\$ 26,988 milhões em dezembro de 2016 (ativo circulante = R\$ 16,278 milhões vs. passivo circulante = R\$ 43,266 milhões), o passivo circulante é composto por R\$ 36,831 milhões de mútuos realizados com parte relacionada.

Caso este montante seja desconsiderado no valor do passivo circulante, a Companhia retorna à posição de capital circulante positivo em R\$ 9,843 milhões. Dessa forma, entendemos que a Companhia tem total capacidade de honrar com todos os compromissos assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Durante o exercício social de 2015, houve a captação junto a parte relacionada no montante de R\$ 6,2 milhões, acrescidos de juros e variação monetária até o término do exercício.

Durante o exercício social de 2016, houve a captação junto a parte relacionada no montante de R\$ 13,293 milhões, acrescidos de juros e variação monetária até o término do exercício.

Durante o exercício social de 2017, houve a captação junto a parte relacionada no montante de R\$ 14,684 milhões, acrescidos de juros e variação monetária até o término do exercício.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para capital de giro, a Tectoy captou recursos: (i) por meio de contratos financeiros de curto prazo; e (ii) junto aos acionistas integrantes do bloco de controle, com vencimento a longo prazo. A Companhia busca sempre manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros e de câmbio, em linha com o observado durante os exercícios sociais de 2015 e 2016.

No exercício de 2017, além das operações junto aos acionistas do bloco de controle, foram contratadas apenas operações de curto prazo, todas lastreadas integralmente em duplicatas, praticamente somente por meio de desconto de duplicatas.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os principais contratos de empréstimos e financiamento são informados a seguir:

Valores em R\$ mil

Tipo de dívida		Garantia	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Empréstimo bancário	Curto prazo	50% duplicata	-	-	-
Empréstimo bancário	Curto prazo	60% duplicata	1.464	391	-
Empréstimo bancário	Curto prazo	80% duplicata	157	-	-
Desconto duplicata	Curto prazo	100% duplicata	783	808	549
Empréstimo bancário	Curto prazo	Sem garantia	-	-	-
Empréstimo bancário			2.404	1.199	549
Mútuo/AFAC com partes relacionadas			28.033	42.781	55.987
Total Empréstimos + Mútuo/AFAC com partes relacionadas			30.437	43.980	56.536

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía empréstimos de capital de giro de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía empréstimos de capital de giro de longo prazo com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 391 mil em empréstimos de capital de giro de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Entre os financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2017, não há restrições impostas à Companhia com relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e/ou alienação de controle societário.

g. Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Com relação aos contratos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2017, não há restrição especificada de limites de utilização dos recursos.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO 2014/2015/2016

	2015		2016		2017		Variação	
	R\$	% da Receita	R\$	% da Receita	R\$	% da Receita	2016 vs 2015	2017 vs 2016
RECEITA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	17.192	100,0%	7.981	100,0%	14.044	100,0%	-53,6%	76,0%
Custo das Mercadorias Vendidas	(16.449)	-95,7%	(8.405)	-105,3%	(12.255)	-87,3%	-48,9%	45,8%
RESULTADO BRUTO	743	4,3%	(424)	-5,3%	1.789	12,7%	0,0%	0,0%
Despesas com Vendas	(7.996)	-46,5%	(2.872)	-36,0%	(2.946)	21,0%	-64,1%	2,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(13.443)	-78,2%	(10.703)	-134,1%	(10.495)	74,7%	-20,4%	-1,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	4.817	28,0%	1.455	18,2%	(9.880)	70,4%	-69,8%	0,0%
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	(16.622)	-96,7%	(12.120)	-151,9%	(23.321)	-166,1%	-27,1%	92,4%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	(15.879)	-92,4%	(12.544)	-157,2%	(21.532)	-153,3%	-21,0%	71,7%
Resultado Financeiro	(19.774)	-115,0%	3.696	46,3%	(7)	0,0%	-118,7%	0,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	0,0%	-	-	-	-	-	-
RESULTADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(35.653)	-207,4%	(8.848)	-110,9%	(21.539)	-153,3%	-75,2%	143,3%
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas minoritários		0,0%	(2)					

RESULTADO LÍQUIDO A CIA	(35.653)	-207,4%	(8.850)	-110,9%	(21.539)	-153,3%	-75,2%	-153,3%
-------------------------	----------	---------	---------	---------	----------	---------	--------	---------

Receita Líquida: A Companhia iniciou a migração para o *e-commerce*, um novo modelo de negócio que traz maior rentabilidade nos produtos. Esta migração aconteceu desde final de setembro de 2015 de forma ponderada, pois ainda dependemos das vendas ao varejo.

Em 2016, houve uma nova queda da Receita Líquida, motivada, em parte, pela recessão que afetou todos os mercados e, em parte, pela estratégia da empresa em priorizar a venda pelo canal eletrônico, em detrimento do varejo tradicional. Em 2016, lançamos o nosso console dos anos 90, o Mega Drive, em razão da tendência de procura por videogames “retrô”,

Em 2017, na parte relativa às receitas, seguindo uma tendência iniciada em 2016 de procura por videogames “retrô”, demos início à comercialização do videogame Atari, outro ícone dos fãs dos modelos dos anos 1980/90.

Esta estratégia resultou num crescimento das Receitas de Vendas Líquidas em 76%, chegando a níveis próximos de 2015.

Resultado Bruto: Em 2015, o resultado bruto do exercício foi de R\$ 0,74 milhão, representando 4,3% da receita líquida.

O resultado bruto do exercício de 2016 foi negativo de R\$ 0,42 milhão. No exercício de 2016, um ajuste de inventário de obsoletos e sucatas gerou um acréscimo ao custo de R\$ 0,81 milhão. Descontado este efeito, o resultado bruto de 2016 seria de R\$ 0,39 milhão ou 4,8% da Receita Líquida.

O Resultado Bruto de 2017 também refletiu a estratégia de maior rigor nos preços praticados e alcançou 12,73% de margem sobre as vendas líquidas. Embora os valores estejam mais próximos de nossos objetivos, não são ainda totalmente satisfatórios para o nosso nível de atividades.

Despesas com Vendas: Em 2016, as despesas com vendas foram de R\$ 2,8 milhões, representando 35 % da receita líquida da Companhia, em comparação a R\$ 7,9 milhões em 2015. A Assistência Técnica foi o item que mais contribuiu com esta redução no exercício social de 2016. Assim, dentro das despesas com vendas, o total de despesas com Assistência Técnica foi reduzido em R\$ 2,5 milhões, saindo de R\$ 3,7 milhões em 2015 para R\$ 1,2 milhão em 2016.

As Despesas com Vendas encerraram 2017 com uma queda expressiva frente aos valores da Receita Líquida, caindo para 21% destas receitas.

A Assistência Técnica, que, em 2015, foi responsável por quase metade do total das Despesas com Vendas, e, em 2016, por 44% das Despesas Totais de Vendas daquele exercício, foi novamente o item que mais contribuiu com esta redução. O total de despesas com Assistência Técnica foi reduzido de R\$ 3,7 milhões, em 2015, para R\$ 1,2 milhão, em 2016, e para 369 mil, em 2017 – ou seja, apenas 2,7% das Despesas com Vendas, ou ainda uma redução de 90% dos valores de dois anos atrás. Produtos novos mais bem projetados, serviços de consertos em geral muito mais ágeis e eficientes resultaram nesta extraordinária variação.

Despesas Gerais e Administrativas: Durante o exercício social de 2016, foram gastos R\$ 10,7 milhões em despesas administrativas, contra R\$ 13,4 milhões em 2015. A Companhia continuou a sua tarefa de redução, chegando a uma queda total de 20,4%, ou R\$ 2,7 milhões, em relação ao exercício de 2015, e acumulando uma redução de 28% nos dois últimos exercícios sociais.

Ao longo de 2017, a Companhia continuou a sua tarefa de redução, chegando a uma queda adicional de cerca de 2%, em relação a 2016, e a um total de 22%, ou R\$ 2,9 milhões, em relação ao exercício de 2015.

Variação Cambial e Despesa Financeira: Com a valorização do real frente ao dólar em 17% em 2016 – ao contrário dos anos anteriores, em que ocorreram desvalorizações do real frente ao dólar, respectivamente de 46,67% em 2015, e 11,33% em 2014 –, a

Companhia teve um resultado financeiro positivo de R\$ 3,7 milhões, contra prejuízos financeiros de R\$ 19,8 milhões e R\$ 14,2 milhões, respectivamente.

Em 2017 a variação cambial foi ínfima, menos de 2%, o que, associado ao perdão de juros referentes a contratos de mútuo em aberto concedido por acionista integrante do bloco de controle, fez com que as despesas financeiras totais do exercício fossem de R\$ 7 mil reais.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

2017

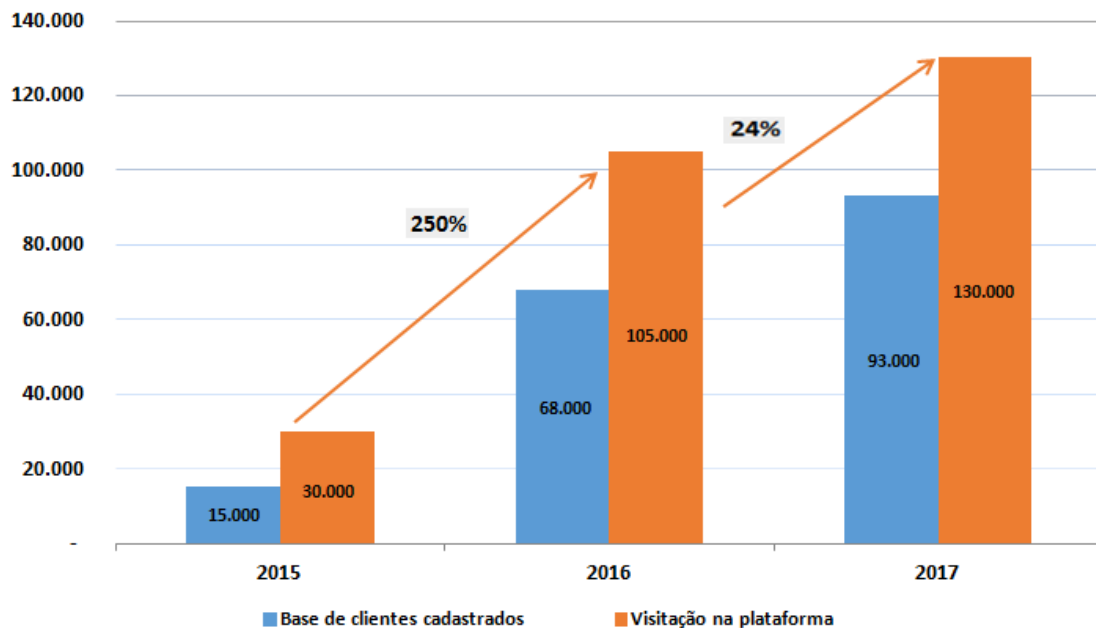
Como nos últimos exercícios, a Companhia procurou, com mais intensidade, ajustar os seus estoques de matérias primas e de produtos acabados, inclusive fazendo extenso trabalho de análise criteriosa sobre itens obsoletos e de pouca ou nenhuma possibilidade de venda, bem como provisionando estas perdas, de modo a refletir um saldo de estoques efetivamente condizente com a situação patrimonial da Companhia. Mesmo esforço já havia sido feito com relação às contas clientes/duplicatas a receber e verbas concedidas a clientes, que foram ajustadas aos saldos finais da conta Clientes.

Na parte relativa a produtos, como já mencionado, continuamos nos lançamentos de vídeo games “retrô”, especialmente no lançamento do videogame Atari. Esta estratégia resultou num crescimento das Receitas de Vendas Líquida em 76%, chegando a níveis próximos de 2015.

E, pelo segundo exercício completo, implementamos o modelo de negócio através da venda direta pelo comércio eletrônico, que mostrou sensível incremento em seus resultados, como demonstraremos mais adiante. Estes números do *e-commerce* não apenas se refletem no aumento do faturamento da Companhia, mas também no

incremento de visitas e compras no nosso *website*, criando uma aproximação ainda maior entre a Companhia e seus clientes.

Evolução do Tráfego na Plataforma de E-commerce



2016

No exercício de 2016, a Companhia intensificou a busca de seus objetivos estratégicos, que previam, principalmente, a continuação da redução dos estoques de produtos acabados e em elaboração advindos do exercício anterior; a revisão de todas as suas despesas fixas, com a finalidade de tornar as atividades menos onerosas; e o incremento da participação de seu novo modelo de negócio, através da venda direta pelo comércio eletrônico (*e-commerce*), implementado no exercício anterior, que tem como objetivos não só melhorar as margens de contribuição, como também buscar uma aproximação maior da empresa com os consumidores de seus produtos.

Esta estratégia de trazer o consumidor para perto da empresa foi muito utilizada a partir do 4º Trimestre do exercício de 2016, com o pré-lançamento do Mega Drive original (“retrô”), console lançado nos anos de 1990 com amplo sucesso, e que voltaremos a

fornecer a partir de meados de 2017. Este lançamento foi acompanhado de um intenso trabalho de divulgação nas mais diversas mídias (tradicionais e digitais) e do início de uma fase de pré-venda para que os aficionados da marca e do produto pudessem garantir a sua unidade, uma vez que este lançamento se trata de uma edição comemorativa aos 30 anos que a empresa completa em 2017.

Todo este trabalho do comércio eletrônico não só gerou uma participação mais relevante no faturamento total da empresa, como obteve dados expressivos de aumento de base de clientes cadastrados, e também na quantidade de “visitas” à loja do *e-commerce* da Tec Toy.

2015

No exercício de 2015, a Companhia cumpriu seus objetivos estratégicos, que previam, principalmente, a redução dos estoques de produtos acabados e em elaboração advindos do exercício anterior, a redução contínua das despesas fixas e a introdução de um novo modelo de negócio, por meio da venda direta pelo comércio eletrônico, procurando privilegiar as margens de contribuição.

Os impactos destas medidas foram verificados ao longo do tempo. A venda direta, iniciada no último trimestre de 2015, manteve-se em crescimento e representou, no período inicial, 18% das vendas líquidas da Companhia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

2017

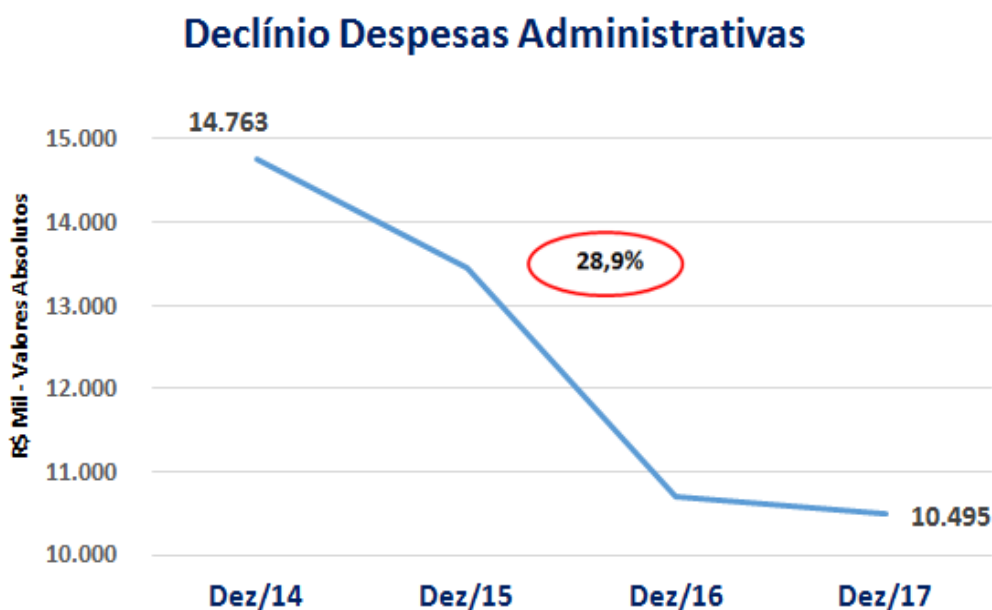
O Lucro Bruto sobre Vendas em 2017 refletiu a estratégia de maior rigor nos preços praticados e alcançou 12,73% de margem sobre as vendas líquidas mais próximas de nossos objetivos, mas ainda insuficiente para o nosso nível de atividades.

Durante o exercício de 2017, deu-se continuidade à redução das despesas fixas, com a finalidade de tornar as atividades operacionais da Companhia menos onerosas.

Assim, o grupo de Despesas com Vendas, que representou 48% da Receita Líquida em 2015, 36% Receita Líquida em 2016, encerrou o ano de 2017 representando 21% destas receitas.

Em relação às Despesas Administrativas, a Companhia continuou a sua tarefa de redução, chegando a uma queda adicional de 2% em relação a 2016 e a um total de 22%, ou R\$ 2,9 milhões, em relação ao exercício de 2015, acumulando 28,9% de queda nos quatro últimos exercícios.

Abaixo, demonstramos a redução mencionada:



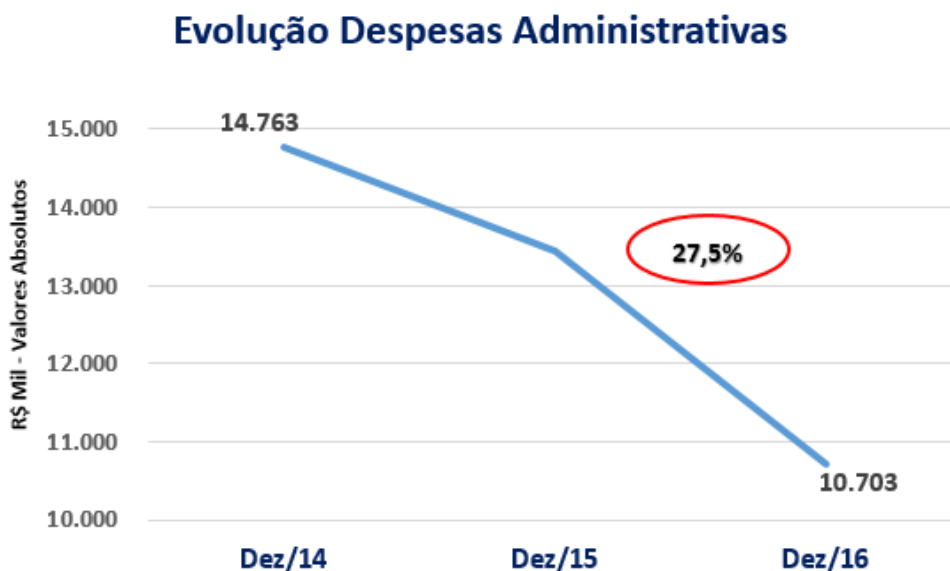
2016

O Resultado Bruto acabou sendo afetado no exercício de 2016 por um ajuste de inventário de obsoletos e sucatas que gerou um acréscimo ao custo de R\$ 0,81 milhão. Descontado este efeito, o Resultado Bruto de 2016 seria de R\$ 0,39 milhão, ou 4,8% da Receita Líquida.

Já o grupo de Despesas com Vendas, que representou 48% da Receita Líquida em 2015, caiu para 36% da Receita Líquida, ou em termos nominais de R\$ 7,99 milhões para R\$ 2,87 milhões.

Como mencionado no relatório do exercício anterior, a Assistência Técnica, que à época contribuiu com quase metade do total destas despesas devido ao volume de vendas no final do exercício de 2014, foi o item que mais contribuiu com esta redução. Assim, o total de despesas com Assistência Técnica foi reduzido em R\$ 2,5 milhões, saindo de R\$ 3,7 milhões em 2015 para R\$ 1,2 milhão em 2016.

Em relação às Despesas Fixas, a Companhia continuou a sua tarefa de redução, chegando a uma queda total de 20,4%, ou R\$ 2,7 milhões, em relação ao exercício de 2015, e acumulando uma redução de 27,5% nos dois últimos exercícios sociais.



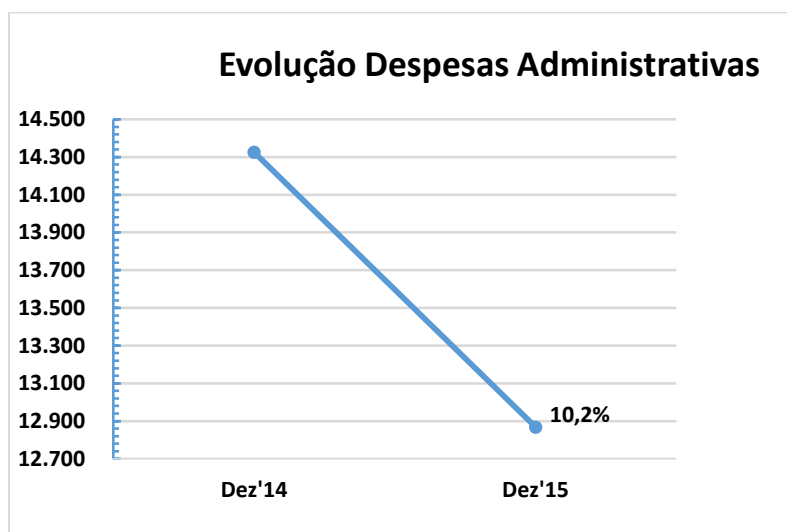
2015

O resultado bruto do exercício de 2015 foi prejudicado pela venda, no segundo trimestre do exercício, de matéria prima e produtos descontinuados, gerando um impacto negativo de R\$ 1,6 milhão. Descontado este efeito, o resultado bruto da Companhia

chegaria a 11,4% da receita líquida acumulada do ano. Além do mencionado acima, houve perda de margem com a desvalorização cambial acelerada, especialmente ao longo do terceiro trimestre, sem que houvesse a possibilidade de repasse simultâneo nos preços de venda.

O principal impacto nas despesas com vendas, que representou 48% da receita líquida em 2015, advém da rubrica de assistência técnica, que contribuiu com quase metade do total destas despesas (46%). Boa parte deste custo está atrelada, ainda, ao volume de vendas no final do exercício de 2014, uma vez que os produtos vendidos estavam cobertos por garantia ao longo do exercício de 2015. Ainda assim, o total de despesas com assistência técnica foi reduzido em R\$ 3,4 milhões, de R\$ 7,1 milhões em 2014 para R\$ 3,7 milhões em 2015.

Em relação às despesas fixas, a Companhia continuou a sua tarefa de redução durante o exercício social de 2015, chegando a uma queda total de 10,2% em relação ao exercício de 2014, ainda que afetada pelos custos de rescisões mencionadas em relatórios anteriores, bem como contratos com terceiros renegociados ao longo do exercício corrente.



c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

2017

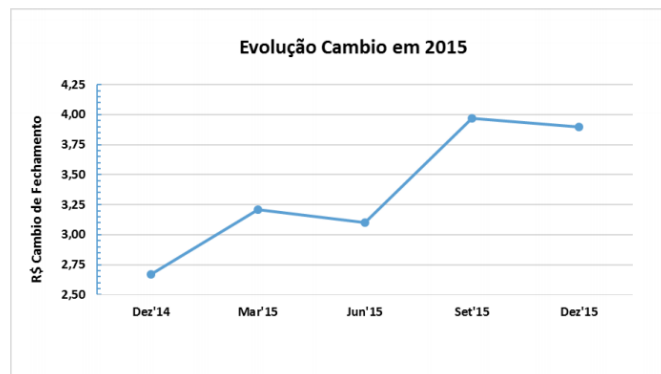
Como mencionado anteriormente, a variação do câmbio foi praticamente nula. Da mesma forma, a variação de preços dos insumos nacionais, influenciados por uma inflação muito baixa e por um longo período do ano com taxas de crescimento da economia negativas, não impactou, de forma relevante, a formação de preços e custos do exercício.

2016

Ao contrário dos dois exercícios anteriores, o principal responsável pela queda expressiva do Prejuízo Líquido do exercício foi a variação cambial. Com a valorização do real frente ao dólar em 17% em relação ao exercício de 2015, esta rubrica representou um Resultado Financeiro de R\$ 3,7 milhões, ao passo que, no exercício anterior, tinha representado um Prejuízo Financeiro de R\$ 19,8 milhões.

2015

O principal responsável pelo prejuízo líquido do exercício foi a variação cambial. Com a desvalorização do real frente ao dólar em 46% em relação ao exercício de 2014, esta rubrica representou praticamente a metade do prejuízo acumulado do exercício de 2015.



10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

2017

Em linha com a tendência iniciada em 2016 de atender ao público demandante de videogames “retro”, que remetem ao passado, lançamos outro console ícone dos anos 1980, o Atari. Acreditamos que o lançamento deste produto e do videogame Mega Drive, além de outros situados em outra categoria, será de grande valia para a continuidade da busca de nossas metas e objetivos.

2016

Cabe salientar que o trabalho iniciado no final de 2016 de lançamento do console de vídeo game Mega Drive, acompanhado de todo um trabalho de trazer de volta para perto da Companhia os aficionados da marca e do produto, revelou-se muito importante para as pretensões futuras da empresa.

2015

O exercício de 2015 representou um ano de transformações da Companhia. Foram realizadas importantes renegociações junto aos prestadores de serviços, além da readequação do quadro de pessoal, o que contribuiu na redução das Despesas Administrativas em 2015 mencionadas anteriormente.

Apesar dos objetivos estratégicos terem sido parcialmente atingidos, a Companhia continuará perseguindo as premissas de redução de despesas e de busca de melhoria de margem através do novo modelo de negócio. Cabe salientar também que com a introdução de novo modelo de Video Babá Eletrônica a empresa continua em sua estratégia de priorizar o segmento de Baby Care que tem se mostrado promissor, alcançando, em 2015, cerca de 25% da Receita Líquida da empresa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve movimentação significativa nos investimentos no exercício de 2015 e subsequentes.

c. Eventos ou operações não usuais

2017

Deve-se destacar, no exercício de 2017, a renegociação dos empréstimos com os controladores (comunicado ao mercado através de aviso de fato relevante divulgado em 15.12.2017), em que foram perdoados R\$ 3.594 mil, relativos aos juros incidentes sobre determinados mútuos, e que reduzirão os custos financeiros dos referidos empréstimos até o seu vencimento.

2016

Em resposta ao Ofício n.º 380/2016, enviado em 18 de fevereiro de 2016 pela Superintendência de Acompanhamento de Empresas da BM&FBOVESPA, fundamentado nas normas da BM&FBOVESPA que exigem a manutenção da cotação unitária das ações em valor superior a R\$ 1,00 (itens 5.2.f do Regulamento para Listagem de Emissores da BM&FBOVESPA e 5.2 do Manual do Emissor da BM&FBOVESPA), a Companhia divulgou, em 4 de março de 2016, por meio de aviso de Fato Relevante, a decisão de iniciar-se o processo de cancelamento de seu registro de companhia aberta e o consequente cancelamento da listagem de suas ações da BM&FBOVESPA. O cancelamento de registro de companhia aberta visava evitar a necessidade de realização de um novo grupamento de ações, com risco de depreciação do valor das ações, bem como a redução dos custos de manutenção do registro de companhia aberta, excessivos para a Companhia diante de sua situação financeira. O processo da OPA para cancelamento de registro foi realizado durante o exercício social de 2016 e, no leilão de 12 de dezembro de 2016, a condição necessária para o cancelamento de registro não foi verificada, nos termos do edital da referida oferta pública. Em razão do resultado do leilão, a Companhia permanece, por ora e por consequência, como companhia aberta. A Companhia continua, portanto, sujeita à aplicação das referidas normas da BM&FBOVESPA, que determinam a manutenção do preço de cotação mínimo de suas ações, sob pena de suspensão e exclusão da negociação de suas ações em bolsa, bem como aos custos de manutenção de sua condição de companhia aberta.

Merece destaque, ainda, a renegociação ocorrida junto ao principal fornecedor estrangeiro de matéria prima, por meio da qual R\$ 3,5 milhões em créditos que seriam capitalizados em 2016 foram renegociados em uma dívida no valor de R\$ 681.182,39, pagáveis em 4 parcelas semestrais reajustáveis com taxa pré fixada de 12% a.a.. Isto representou uma redução de R\$ 2,8 milhões na exposição final da empresa.

2015

Em 2015, pode-se destacar a renegociação junto ao principal fornecedor estrangeiro de matéria prima, por meio da qual a dívida total foi reduzida em R\$ 11,8 milhões, sendo R\$ 8,3 milhões diretamente nas rubricas de Outras Receitas/Despesas Operacionais e Resultado Financeiro e ainda outros R\$ 3,5 milhões a serem capitalizados em 2016. O saldo residual, além de ser convertido para moeda corrente nacional, será liquidado em 8 anos.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Apesar da implantação do padrão internacional IFRS, não houve reflexos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 2015 e subsequentes.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios de 2015 e subsequentes.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2017

Os demonstrativos financeiros relativos ao exercício social de 2017 não apresentaram ressalvas da parte dos Auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, o parecer dos auditores cita que a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 50.312 mil (R\$ 28.773 mil em 2016), e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 48.634 mil (R\$ 26.874 mil em 2016) na controladora e R\$ 49.260 mil (R\$ 26.989 mil em 2016) no consolidado. A Administração esclarece que uma parcela significativa das obrigações da Companhia em 31.12.2017, no montante de R\$ 46.309 mil (R\$ 36.831 mil em 2016), era devida à

acionista integrante do bloco de controle, Eagle Brazil Investment LP, com a qual possuía contratos de mútuo para fins de capital de giro e manutenção das operações.

2016

Em 31 de dezembro de 2016 o parecer dos auditores cita que a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 16.423mil, e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 13.277mil (controladora) e R\$ 13.183 mil (consolidado). A administração esclarece que uma parcela substantiva de suas obrigações é devida à parte relacionada, Eagle Brazil Investment LP, no montante de R\$ 28.034 em 2015, com a qual a Companhia possui contratos de mútuo e adiantamentos para futuro aumento de capital, para fins de capital de giro e manutenção de suas operações.

Em relação ao exercício social de 2016, os auditores independentes apresentaram ressalvas quanto à ausência de relatório financeiro conciliado com as contas a receber, à diferença não conciliada nos adiantamentos de clientes e à ausência de recebimento de circularização de bancos.

A Companhia passa por processo de reestruturação de seus controles da contabilização de “Contas a Receber”, uma vez que, até o exercício de 2015, tinha seu faturamento concentrado em vendas ao varejo (poucas faturas de valores elevados) e, durante o exercício social de 2016, passou a ter parte substancial de suas vendas, dirigida às pessoas físicas via e-commerce (muitas faturas de baixos valores). Durante o exercício social de 2016, diante do novo modelo de vendas implantado e gradualmente desenvolvido pela Companhia, os débitos e créditos contabilizados na rubrica de “Contas a Receber” foram tratados de forma sintética e não analítica. Diante dessa nova realidade, a Companhia está introduzindo novo software em nosso ERP durante o exercício de 2017, visando à otimização das práticas contábeis e de gestão da Companhia. Esta introdução permitirá também e por consequência o adequado controle da conta de Adiantamento de Clientes.

Quanto à ressalva sobre as operações financeiras com a instituição que não respondeu à circularização, a Companhia apresentou os documentos que evidenciam os saldos das operações realizadas com a referida instituição financeira, a qual enviou a confirmação via e-mail diretamente a Companhia, faltando a formalização direta aos Auditores em tempo hábil, em razão de prazos e procedimentos internos da própria instituição

2015

A ênfase feita pelos auditores independentes, relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, refere-se ao padrão contábil adotado pela Companhia. Enfatizou-se que, nos referidos exercícios sociais, as práticas contábeis adotadas pela Tec Toy S.A. diferiram do padrão IRFS exclusivamente no que se refere à avaliação de investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. A esse respeito, os diretores da Companhia esclarecem que a Tec Toy S.A. contabilizará os referidos investimentos integralmente em conformidade com o padrão IFRS.

Além disso, em 31 de dezembro de 2015, o parecer dos auditores cita que a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 16.423mil, e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 13.277mil (controladora) e R\$ 13.183 mil (consolidado). A administração esclarece que uma parcela substantiva de suas obrigações é devida à parte relacionada, Eagle Brazil Investment LP, no montante de R\$ 28.034 em 2015, com a qual a Companhia possui contratos de mútuo e adiantamentos para futuro aumento de capital, para fins de capital de giro e manutenção de suas operações.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de

recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras da Companhia são elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), respeitando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão definidas abaixo:

a. Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a esta subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado da perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, então esta participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, esta participação é mensurada pela utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, bem como quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com sociedades investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na sociedade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. O ajuste acumulado de conversão, originário destas conversões, é registrado diretamente no resultado da controladora, nas demonstrações contábeis consolidadas, em virtude da sua imaterialidade.

e. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e recebíveis, da seguinte forma:

i.i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por

meio do resultado são mensurados ao valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem caixa e equivalentes de caixa.

i.ii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, são sujeitos a risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

i.iii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado de acordo com o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber e mútuo a receber.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Adicionalmente, baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

iii.i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

iii.ii. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

iv. Debêntures perpétuas

Conforme Ata da Reunião do Colegiado da CVM n.º 48, de 07 de dezembro de 2010, são classificadas diretamente no patrimônio líquido da Companhia as debêntures sem data de vencimento determinada.

O vencimento das debêntures ocorrerá somente nos casos de inadimplemento da obrigação de pagamento, mediante lucro do exercício, e dissolução da Companhia.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros deles decorrentes sejam auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

g. Ativos intangíveis

i. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relaciona. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado de acordo com o método linear, com base nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

Em decorrência da redução das atividades da Companhia, a administração estuda a possibilidade de contabilizar parte dos custos gerais de fabricação ociosa para a rubrica de despesas fixas da Companhia, custeando os produtos principalmente pelos gastos incorridos (aquisição dos estoques e custos de produção e transformação) e pelos custos incorridos para trazer os estoques às suas localizações

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial

do ativo, e que aquele evento de perda terá um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições em que esta não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor entrará em processo de falência.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis de forma individualizada. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído, ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso haja uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques, na avaliação da administração, não apresentam indicação de perda em seu valor recuperável dos ativos.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia e/ou suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de

maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação em questão. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k. Receita operacional

i. Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas sejam reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios ocorre quando o produto é entregue ao cliente.

ii. Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base na emissão da nota fiscal faturada às assistências técnicas, que corresponde ao período de prestação do serviço.

l. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia e suas controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

m. Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivo fiscal relativo à isenção de ICMS amparado pelo Decreto n.º 23.994, de 23 de fevereiro de 2009, e Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003, e reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Nada obstante a isenção quanto ao ICMS, a Companhia deve recolher os seguintes tributos: (i) Contribuição para Universidade do Estado do Amazonas (UEA); e (ii) Contribuição para o Fundo de Fomento ao Turismo (FTI).

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, variação cambial ativa e ajuste a valor presente de contas a receber.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais passivas e descontos concedidos.

o. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas – enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

- a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

- iii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. **contratos de construção não terminada**
 - v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A administração esclarece que não há itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos 3 últimos exercícios sociais.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. **Natureza e o propósito da operação**
- c. **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme comentado no item 10.6, não há itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos 3 últimos exercícios sociais.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. **Investimentos, incluindo:**
 - i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
 - ii. **fontes de financiamento dos investimentos**
 - iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**
- b. **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**
- c. **Novos produtos e serviços, indicando:**
 - i. **descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
 - ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
 - iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados**

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Este item não é aplicável, pois a Companhia não tem como prática a divulgação de projeções e planos de negócios para os próximos anos.

10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A administração da Companhia entende que não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados acima.

* * *

TEC TOY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 22.770.366/0001-82
NIRE 13.300.004.673

ANEXO II
DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política é remunerar de forma justa os administradores da Companhia, de forma a alinhar os interesses da administração, Companhia e acionistas, sempre observada a situação econômico-financeiro da Companhia. Além disto, visa a atrair e reter profissionais qualificados para as posições estratégicas da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são exclusivamente relativos ao *pro labore* e têm como objetivo o reconhecimento e a retenção de bons profissionais na Companhia.

ii. a proporção de cada elemento na remuneração total, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Conselho de Administração: O Conselho de Administração é remunerado por meio de pagamentos fixos e mensais de *pro labore*, em linha com as práticas da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

Diretoria Estatutária: A remuneração da diretoria estatutária é constituída por parcela fixa, sendo pagamentos fixos e mensais de *pro labore*, em linha com as práticas da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O montante global da remuneração dos administradores da Companhia, incluindo o reajuste, é fixado pela assembleia geral de acionistas da Companhia a cada exercício social.

O reajuste da remuneração fixa da Diretoria não estatutária é realizado anualmente, considerando todo ou parte do índice obtido em negociação sindical.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa a basicamente alinhar e incentivar o comprometimento dos administradores com o resultado da Companhia no curto, médio e longo prazos. Além disto, visa também reter bons profissionais nas posições estratégicas.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O presidente do conselho de administração, Sr. Stefano Prado Arnhold, não recebe remuneração por sua participação no conselho de administração da Companhia. O conselheiro integra o bloco de controle da Companhia e, em benefício do interesse social da Companhia, abre mão de qualquer remuneração em decorrência de sua participação na administração da Companhia.

O Sr. Roberto Favero faz parte do conselho de administração e da diretoria da Companhia. O administrador recebe, na qualidade de diretor, a totalidade de sua remuneração, não recebendo qualquer remuneração adicional por sua participação no conselho de administração da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros da administração não está vinculada a metas ou indicadores específicos de desempenho.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos membros da administração não está vinculada a metas ou indicadores específicos de desempenho.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração atual da Companhia visa a alinhar os interesses dos administradores, dos acionistas e da Companhia na busca de rentabilidade para a empresa.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração é integralmente suportada pela Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer tipo de remuneração vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

ANO	ÓRGÃO	N.º MEMBROS	REMUNERAÇÃO	ENCARGOS	BENEFÍCIOS	TOTAL
2015	Conselho Adm.	3	90.500	18.100	-	108.600
	Diretoria	2*	125.833	25.167	112.423	263.423
	Total		216.333	43.267	112.423	372.023
2016	Conselho Adm.	3	81.767	15.033	196	96.996
	Diretoria	2*	138.000	27.600	129.886	295.486
	Total		219.767	42.633	130.082	392.482
2017	Conselho Adm.	3	42.000	8.400	123	50.523
	Diretoria	2*	157.850	31.570	152.084	341.504
	Total		199.850	39.970	152.207	392.027

* Existe um integrante do Conselho de Administração que também faz parte da Diretoria. O valor referente a remuneração, encargos e benefícios do referido administrador estão considerados na Diretoria.

Os benefícios concedidos aos administradores da Companhia são: assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Para o exercício de 2015 e subsequentes, não houve remuneração variável.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

- a. Termos e condições gerais
- b. Principais objetivos do plano
- c. Forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo.
- f. Número máximo de ações abrangidas
- g. Número máximo de opções a serem outorgadas
- h. Condições de aquisição de ações
- i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. Critérios para fixação do prazo de exercício
- k. Forma de liquidação

- l. Restrições à transferência das ações**
- m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

A administração esclarece que não houve remuneração variável nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações**
 - i. data de outorga**
 - ii. quantidade de opções outorgadas**
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
 - iv. prazo máximo para exercício das opções**
 - v. prazo de restrição à transferência das ações**
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - em aberto no início do exercício social**
 - perdidas durante o exercício social**
 - exercidas durante o exercício social**
 - expiradas durante o exercício social**
- e. valor justo das opções na data de cada outorga**
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

- a. órgão**
- b. número de membros**

- c. **número de membros remunerados**
- d. **em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. **quantidade**
 - ii. **data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. **prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. **prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. **preço médio ponderado de exercício**
 - vi. **valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. **em relação às opções exercíveis**
 - i. **quantidade**
 - ii. **prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. **prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. **preço médio ponderado de exercício**
 - v. **valor justo das opções no último dia do exercício social**
 - vi. **valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Não existem opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

- a. **órgão**
- b. **número de membros**
- c. **número de membros remunerados**
- d. **em relação às opções exercidas informar:**
 - i. **número de ações**
 - ii. **preço médio ponderado de exercício**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas e em relação às ações entregues informar:**
 - i. **número de ações**
 - ii. **preço médio ponderado de aquisição**
 - iii. **valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas**

Não houve opções exercidas nem ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. Modelo de precificação
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Item não aplicável, diante do quanto apresentado nos itens 13.5 a 13.7.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Posição em 31.12.2017

ÓRGÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES
Acionistas Controladores*	4.568.839
Conselho de Administração*	2.509
Diretoria Estatutária	18
TOTAL	4.571.366

* há acionista integrante do bloco de controle que participa do bloco de controle. Suas ações foram indicadas na rubrica “conselho de administração”.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não tem plano de previdência para os membros do conselho de administração e aos diretores.

13.11. Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. valor da maior remuneração individual
- e. valor da menor remuneração individual
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

ANO	ÓRGÃO	No. MEMBROS	VLR MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL ANUAL	VLR MENOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL ANUAL	VALOR MÉDIO REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL ANUAL
2015	Conselho Adm.	3**	55.500	35.000	45.250
	Diretoria	2*	65.000	60.833	240.830
2016	Conselho Adm.	3**	72.168	-	36.084
	Diretoria	2*	176.557	118.909	147.732
2017	Conselho Adm.	3**	50.523	-	16.841
	Diretoria	2*	218.016	123.487	170.752

* Existe um integrante do Conselho de Administração que também faz parte da Diretoria. A remuneração deste integrante está considerada na Diretoria.

** Houve períodos no exercício em que o conselho de administração foi composto por 4 membros.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há qualquer arranjo contratual, apólices de seguros ou outros instrumentos de remuneração/indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

ÓRGÃO	% Remuneração total		
	2015	2016	2017
Conselho de Administração	100%	100%	100%
Diretoria Estatutária	100%	100%	100%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

ÓRGÃO	Valores		
	2015	2016	2017
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria Estatutária*	372.023	767.371	881.071

* Existe um integrante do Conselho de Administração que também faz parte da Diretoria. A remuneração deste integrante está considerada na Diretoria.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de

membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável, diante da inexistência dos valores referidos no item 13.15 nos 3 últimos exercícios sociais da Companhia.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes adicionais a serem apresentadas.

* * *